

Instruir e trabalhar: a sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco e o liceu de artes e ofícios (1841 – 1880)

Resumo

Este trabalho objetiva compreender de que forma a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais promoveu o desenvolvimento do ensino de ofícios em Pernambuco. Para isso, procedeu-se a uma análise da Sociedade dos Artistas desde a sua formação até o seu empenho em administrar o Liceu de Artes e Ofícios. O artigo foi elaborado a partir da análise de fontes como os documentos da *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*. O recorte pesquisado compreende o período entre 1841 e 1880, correspondente ao período da formação da Sociedade até a inauguração do Liceu.

Wendell Rodrigues Costa
Mestre em História pela
Universidade Federal Rural de
Pernambuco.
profwendellrodrigues@hotmail.com

Palavras-chave: Ensino de ofícios. Instrução. Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Liceu de Artes e Ofícios.

Para citar este artigo:

COSTA, Wendell Rodrigues. Instruir e trabalhar: a sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1841-1880). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013. p. 253 - 280

DOI: 10.5965/1984723814272013253

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723814272013253>

Instruction and work: the society of Artists Mechanical Liberals and Pernambuco and the School of Arts and Crafts (1841-1880)

Abstract

This work aims to understand how the Society of Artists Mechanical Liberals and promoted the development of the teaching of crafts in Pernambuco. To do so, we proceeded to an analysis of the Society of the Artists, from its formation to its commitment to manage the School of Arts and Crafts. The article was drawn from the analysis of sources and documents of the Society of Artists Mechanical and Liberals. The clipping researched covers the period between 1841 and 1880 the period of formation of the Company until the opening of the Lyceum.

Keywords Teaching crafts. Instruction. Society of Mechanical Artists and Liberals. School of Arts and Crafts.

1 A instrução no Império brasileiro: um breve histórico

Havia no Brasil, desde o tempo colonial, certo empenho por parte de alguns dirigentes, de irmandades e de particulares na organização de alguns núcleos de formação profissional. Os colégios e as residências dos jesuítas, localizados nas principais áreas urbanas, foram os primeiros centros - “escolas-oficinas” - de formação de artesãos e demais ofícios durante o período colonial (MANFREDI, 2002, p. 68). Quando organizado, o trabalho artesanal no Brasil, desde o período colonial até o Império, pautou-se pelo modelo corporativo da Metrópole [...]. Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e, depois, com a independência do Brasil, algumas preocupações relativas à instrução passaram a ser evidenciadas. Além das preocupações pedagógicas, fizeram-se presentes, principalmente, as que se referiam à política higienista e aos princípios morais. O Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da corte, revela-nos claramente, entre outras prerrogativas, que em todos os estabelecimentos particulares se deveria observar se estavam sendo guardados os preceitos da moral e das regras higiênicas (BRASIL, 1854).

Depois de frequentar as aulas primárias, os meninos seriam enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra ou a oficinas particulares, mediante contrato com o Estado, para a aprendizagem de ofícios que lhes garantissem o sustento e o trabalho (SCHUELER, 2011, p. 07). Pelo mesmo regulamento, “aos meninos que se distinguissem mostrando a capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado a sua inteligência e aptidão”. Isso representa, de modo geral, que seu destino deveria ser a aprendizagem de ofícios por meio dos quais seriam integrados na categoria de trabalhadores livres (SCHUELER, 2011, p. 7). O ensino de ofícios era uma preocupação não só das instituições governamentais, como também das particulares. No Império, as crianças começavam a participar cedo do mundo do trabalho, principalmente as negras, as mestiças e as brancas pobres.

Para as crianças de famílias abastadas, a escola era o caminho natural para um exercício em ocupações privilegiadas (DORNELAS, 2007, p. 72). Já para as crianças

pobres, o aprendizado dos ofícios podia consistir numa possibilidade de instrução e de inserção no mercado de trabalho, além de ser também uma saída para o combate à criminalidade. Nessa perspectiva, havia uma inquietação das autoridades brasileiras de qualificar desde cedo essa mão-de-obra infantil. A inquietação se justificava por duas razões: a primeira apontava para o intuito de proporcionar uma ocupação e, dessa maneira, afastar as crianças de famílias pobres da ociosidade e da possível marginalidade; a segunda consistia na criação de uma forma de adequar os aprendizes à incipiente industrialização do Império brasileiro e, no caso do Recife, ao setor de serviços e ao setor artesanal e manufatureiro.

É importante entender, para tanto, como se desenvolveu a estrutura educacional no Brasil e em Pernambuco no século XIX e verificar como se deram os processos de escolarização. Membros da elite imperial já percebiam que a instrução como meio de desenvolvimento da nação e do povo brasileiro era um canal fundamental para adquirir princípios éticos e morais. Sobre essa temática, já comentava um dos presidentes da província do Rio de Janeiro:

não basta que tenhamos homens capazes de reconhecer nossas vitais precisões e de conceber os melhores planos em todo o gênero; é mister, também, que a nação esteja em estado de se convencer dessas precisões e de cooperar para a realização desses planos. A nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes (MATTOS, 2004, p. 269).

Como muitos outros administradores imperiais, o presidente de província muito confiava na instrução. É o que fala, em 1857, Pereira da Silva, presidente da província fluminense: “a Instrução Pública é [...] um dos ramos mais dificultosos da administração; entretanto, a instrução pública forma o povo” (MATOS, 2004, p. 269). Assumindo tal declaração como expressão de dirigentes e, portanto, de visão política, pode-se afirmar que a instrução pública permitiria ao Império do Brasil se colocar ao lado das “nações civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das luzes que possibilitariam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial (MATOS, 2004, p. 271-272). Da Instrução Pública, porém, esperava-se também a combinação com o trabalho, pois bons frutos resultariam. A educação voltada para o trabalho permitiria aos filhos de

país pobres ou às crianças expostas, sem família, habilitar-se num ofício mecânico. Isto habituaria tal população ao trabalho e a um emprego, tornando-os assim cidadãos úteis e pacíficos.

Todavia, para que uma instrução pública viesse a se revestir de qualidade, seria necessária a constituição de um corpo docente com atributos de qualidade. A escolha de bons professores num país em formação, como era o Brasil, e com poucas universidades, não seria tarefa fácil para os dirigentes do Império. Mesmo porque o Brasil era um país que não possuía, nessa primeira metade do século XIX, instituições superiores em condições de formar professores. Daí o esforço dos burocratas do Império para tentar formar um quadro de docentes. Assim é que uma das primeiras medidas importantes veio com a lei normatizadora das regras de criação, funcionamento e provimento das aulas públicas de primeiras letras, promulgada em 15 de outubro de 1827. Podiam candidatar-se ao magistério público todos os cidadãos brasileiros que estivessem exercendo plenamente os seus direitos políticos e civis (SILVA, 2007, p. 171). Na questão pedagógica, de acordo com a lei, cabia aos professores ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, as noções mais gerais de geometria prática e a gramática da língua nacional.

Como diz Adriana Maria Paulo da Silva (2007), muito embora fosse majoritariamente exercido por homens pobres, o magistério público de primeiras letras permitia, àqueles que a ele se dedicassem, o desfrute de um cargo público e vitalício. Cabia, dessa forma, ao professor, para se sustentar no emprego, apresentar um bom desempenho e manter sua aula funcionando regularmente durante três horas pela manhã e duas horas à tarde. Entretanto, para receber seus salários e as gratificações, ele teria de contar com mais de 50 estudantes. Competia-lhe comprovar que os seus alunos estavam frequentando as aulas. Este fato pode ser confirmado na fala de 1838 do presidente da província de Pernambuco:

alguns professores tem requerido o pagamento dos dois terços da gratificação que percebem, visto contar a sua aula mais de cinquenta alunos; porém atendendo eu que não era bastante a matrícula dos alunos referidos, e sim a sua frequência habitual, tenho exigido dos professores a prova dessa frequência para poderem merecer o favor da lei, e quase todos a tem dado com os atestados dos presidentes das câmaras [...] (APEJE 1º mar. 1838, p. 10).

De fato, não era tarefa fácil ser professor no início do XIX. Em muitas escolas, a estrutura física era extremamente precária para a prática do ensino e cabia ao professor, de certa forma, manter a frequência dos alunos, já que sem isso ele teria dificuldades para receber o seu salário. Se, para manter a frequência dos alunos nas escolas, em pleno século XXI, o Estado brasileiro precisa ajudar financeiramente aos pais, o que dizer disso no oitocentos – período em que muitos filhos pobres tinham que trabalhar para ajudar na renda familiar, prejudicando, dessa forma, o seu rendimento escolar e a sua permanência na sala de aula! Sem contar que, no Império, a concepção de que os garotos deveriam estar na escola como forma de lhes proporcionar um futuro melhor era praticamente inexistente, porquanto o que prevalecia mesmo era a cultura do trabalho.

Esses garotos – tendo ou não aprendido a ler e a escrever – poderiam ser encaminhados em regime de internato para a Escola de Aprendizizes Menores, vinculada ao Arsenal de Guerra de Pernambuco¹. Lá, na Escola de Aprendizizes, iriam aprender uma profissão, além de se tornarem cidadãos dignos para respeitar as leis vigentes, que passavam pela formação moral e patriótica. Dar uma instrução vinculada à perspectiva do trabalho era uma atitude de o Estado brasileiro “controlar” a vida do cidadão, começando pela sua mocidade. Segundo Luiz Vital Duarte (1986), o governo de Francisco do Rêgo Barros muito se preocupou com o problema da instrução pública, promulgando, em 1837, a primeira lei orgânica de ensino de Pernambuco, a partir da qual todas as escolas primárias da província ficariam sob a jurisdição do Liceu Provincial (futuro Ginásio

¹ Sobre os meninos que eram enviados ao Arsenal de Guerra em Pernambuco, podem ser encontradas informações mais detalhadas no trabalho de VIEIRA, Hugo Coelho. *Infância, Trabalho e disciplina no Arsenal de Guerra de Pernambuco (1827-1835)*. In: Alcileide Cabral do Nascimento; Ângela Grillo. (Org.). *Gênero e Infância nos Labirintos da História Cultural*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Do mesmo autor, *Aprendizes Castigados: a infância sem destino nos labirintos do Arsenal de Guerra de Pernambuco (1827-1835)*. In: *XXV Simpósio Nacional de História, História e Ética*, 2009.

Pernambucano) (DUARTE, 1986). Competia, assim, ao diretor do liceu a inspeção geral do ensino, cumprindo-lhe visitar pessoalmente, pelo menos quatro vezes ao ano, as escolas da capital, providenciando também para que um seu delegado, com a mesma frequência, inspecionasse as escolas do interior [...] (BELLO, 1978, p. 108). Um ano depois de promulgada, a lei Rêgo Barros apresentava à Assembleia Provincial uma recomendação em que sugeria novas medidas relativas ao ensino, inclusive a decretação de obrigatoriedade escolar (BELLO, 1978, p. 110). Esta obrigatoriedade estaria vinculada à necessidade de que os filhos tivessem o mínimo de instrução. Mesmo que não fosse seguida ao pé da letra (e não se seguia), isso era uma grande novidade educacional para a época, visto que representava a antecipação de uma política que só muito depois viria a ser adotada, mesmo entre países politicamente evoluídos (BELLO, 1978, p. 110). Muito do que foi dito pelo presidente da província não se concretizou em virtude das dificuldades estruturais, como, por exemplo, falta de prédios para alocar as crianças para as aulas e falta de pessoal qualificado a fim de fiscalizar os lugares mais distantes.

É importante destacar, nessa discussão sobre o ensino, que o espaço escolar para as crianças pobres era permeado de uma série de preconceitos, tanto pela condição social, quanto pela cor. Em nenhuma escola pública, por exemplo, era permitida a matrícula de pessoas que não fossem livres (BELO, 1978, p. 109). De um modo geral, tanto os alunos das escolas secundárias como os do ensino superior provinham de famílias de recursos. As dificuldades para os pobres se dedicarem ao estudo se davam de muitas maneiras, entre elas, a necessidade de ter que trabalhar para ajudar os pais, a falta de recursos a fim de se deslocarem para o ambiente escolar, além do fato de que muitas escolas cobravam taxas de matrícula. Isso fazia com que boa parte das camadas pobres fosse excluída. Tais preconceitos sociais e raciais explicam por que parte das crianças de famílias pobres ou anônimas se inseriu, de forma precoce, no mundo do trabalho. O aproveitamento dessa mão-de-obra infantil, como força de trabalho, é uma das características básicas das sociedades pré-industrializadas (DORNELAS, 2007, p. 71).

2 A instrução pública em Pernambuco e a política dos ofícios mecânicos: instrução e princípios do biopoder

Permeou-se – em meados do século XIX, na elite política brasileira – uma preocupação em inserir as crianças pobres em instituições escolares, proporcionando-lhes padrões de hierarquia e disciplina. Uma das instituições de relativa importância que serviu para o recebimento desses meninos pobres foi o Colégio dos Órfãos² de Pernambuco. Segundo Pereira da Costa, desde 1823 se vinha sentindo a necessidade da criação de um colégio para órfãos em Pernambuco, intenção manifestada pelo presidente da província de Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade (ANJOS, 1997, p. 121). Porém, só no decreto imperial de 11 de novembro de 1831 é que se dá legalmente a criação do colégio. O artigo 1º do decreto declara que “o governo fica autorizado a mandar pôr em execução os estabelecimentos de órfãos de ambos os sexos” [...] (BRASIL, Coleção de Leis do Império, 1830-1831, v. III, 1830). O Colégio, entretanto, só viria a se instalar efetivamente em 16 de fevereiro de 1835 (ANJOS, 1997, p. 121). No colégio, os órfãos recebiam instrução primária e aprendiam as primeiras letras. Era-lhes ensinado o ofício de sapateiro ou marceneiro; também se iniciavam na música (CAVALCANTI, 1989, p. 128).

De acordo com Bartolomeu Cavalcanti (1989), admitiam-se, no colégio, órfãos cujos familiares não podiam prover seu sustento e educação, e enjeitados³, oriundos da Casa dos Expostos. O colégio localizava-se na cidade de Olinda, em um lugar bem isolado. Estava defronte ao mar e era quase todo rodeado por um pântano. Esse ambiente acarretava bastante prejuízo para os internos do colégio, pois, em época de chuva, a umidade era muito grande, causando uma série de moléstias: gripes, resfriados e cansaços. Vale registrar que, para a instalação dessas casas, havia uma preocupação de isolá-las da cidade. O afastamento do mundo urbano, a partir da busca de um ar saudável,

² Sobre o envio de órfãos para o colégio, podem ser encontradas mais informações no trabalho de NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A sorte dos enjeitados. O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Ed. Annablume, 2008. Capítulo VI.

³ Enjeitado é a pessoa que foi abandonada por seus pais quando nasceu; rejeitado; desprotegido. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

é tido como um critério para se construir “casas de educação” (GONDRA, 2004, p. 167). No entanto, parece que tal critério não foi respeitado no caso do Colégio dos Órfãos, construído em local bastante insalubre. É fato que, pelo século XIX afora, o ar do Recife possuía uma constituição nociva (ARRAIS, 2004, P. 364). Por isso, durante todo o século, a cidade sofreu uma série de intervenções com o objetivo de melhorar a sua funcionalidade e diminuir a insalubridade do ambiente urbano (FARIAS, 2007, p. 26). A ênfase na atmosfera explicava-se pela convicção que vigorava na medicina da época, apoiada nos princípios hipocráticos, segundo os quais era na circulação dos elementos da atmosfera que estava a condição necessária à vida humana (ARRAIS, 2004, p. 364).

Desde 1841, quando se reuniram na Sociedade de Medicina, os higienistas pernambucanos dirigiram seus esforços para conhecer os problemas de salubridade do Recife, e o primeiro passo que deram nessa direção constituiu em estabelecer a “constituição médica” da cidade (ARRAIS, 2004, p. 364).

Através do Conselho Geral de Salubridade Pública, os médicos ocuparam um lugar nas esferas decisórias do Estado [...] (ARRAIS, 2004, p. 366). Foi a partir desse conselho que eles passaram a intervir em assuntos importantes na província pernambucana. A tarefa dos doutores era, pois, longa e difícil. No Recife, em franco crescimento, praticamente todos os pontos dentro do espaço urbano constituíam focos de contaminação em potencial (SANTOS, 2009, p. 96). O olhar do médico era de repulsa do que se apresentava como cenário urbano e dos costumes “bárbaros” de um povo que não parecia se importar com o meio em que vivia (SANTOS, 2009, p. 96).

Partiu desses médicos higienistas a ideia de adotar na província uma estatística médica:

Eles estudaram os efeitos mortíferos das áreas pantanosas, solicitando reiteradamente à câmara sua drenagem e aterramento; lutaram na linha de frente para prover a cidade de serviço de abastecimento d’água, esgotamento sanitário e calçamento [...] (ARRAIS, 2004, p. 366).

Embora o Colégio dos Órfãos não se encontrasse num local adequado, como queriam os médicos higienistas, a preocupação em construir estabelecimentos para

educação em lugares ermos provinha não só do fato de proteger das doenças, mas também de proteger os meninos do mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida de rua poderia despertar (GONDRA, 2004, p. 167). Essas eram estratégias para os retirar de um mundo miserável, no qual viviam, para inseri-los num ambiente educativo, para que, com isso, viessem a ser úteis à nação. É o que demonstra o relatório do presidente da província pernambucana, Chichorro da Gama:

quando aquelles infelizes [os órfãos] tiverem de sahir do estabelecimento, por haverem completado a idade de 16 annos, não serão lançados, como até agora, no meio da sociedade, sem a menor habilitação, para conseguirem a subsistencia, e expostos a trilharem a estrada dos vícios, em detrimento seu, e da mesma sociedade; estarão, pelo contrario, acostumados ao trabalho, terão aprendido algum officio, ou, ao menos, adquirido delle boas noções, e achar-se-hão assim encaminhados a uma vida util a si, e ao Paiz (APEJE, 1847, p. 9-10).

Essa fala do presidente da província de Pernambuco se amolda ao princípio foucaultiano do biopoder, em que o cuidado com as crianças se insere numa preocupação mais ampla com a população no sentido de torná-la útil ao Estado, distanciá-la dos vícios, além de a conduzir a uma vida de trabalho profícuo. Segundo Foucault (2000), essa nova gestão do Estado se ocuparia da multiplicidade dos homens, preocupando-se com o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2000, p. 289). A preocupação do Estado em cuidar da população se insere na ideia de que o Brasil deveria percorrer seu caminho rumo ao progresso e à civilização. No momento focado, a cidade do Recife era influenciada pelo espírito da modernidade, mesmo guardando resquícios do passado colonial. A cidade planejada, livre dos miasmas, da aglomeração e da pobreza garantiria, perante os olhos do mundo, que o Império brasileiro estava inserido no quadro das nações consideradas evoluídas (SANTOS, 2011, p. 133). Interessava a uma parte da elite imperial, que associava modernidade com higiene, consolidar uma ideologia da higienização (SANTOS, 2011, p. 133). Tal processo resultou em novas distribuições e configurações, assim como interferiu na vida pessoal e coletiva dos indivíduos, ao propor novas formas de comportamento (SANTOS, 2011, p. 133). Seria, portanto, praticamente impossível, neste momento, no Brasil, falar de instrução e não a associar aos preceitos higienistas. Para se desenvolver e pertencer às nações modernas e civilizadas, o País

precisaria investir em instrução e, por conseguinte, na higiene, pois, formar o indivíduo e não cuidar do corpo seria desenvolver uma educação deficitária em um país que passava por sucessivas crises de saúde pública.

Essa preocupação dá origem a todo um cuidado para com os educandos. Cuidados que iam desde a escolha dos tecidos para o vestuário dos alunos, até o disciplinamento do corpo, como a higiene pessoal e a privação de alguns desejos, como as necessidades sexuais. Dessa forma é que se radicalizou a defesa dos exercícios corporais como expressão do combate ao que era considerado o mais grave e terrível dos vícios: o onanismo [masturbação masculina].

Exaurir fisicamente o corpo e entorpecer o espírito de aconselhamento moral consubstanciavam-se em estratégias para interditar as práticas masturbatórias dos meninos que, de acordo com a perspectiva da ordem médico-higiênica, concorriam para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, de uma boa moral e da sabedoria desejada. No cumprimento desse roteiro estaria [...] o remédio contra o raquitismo e a fraqueza, contra o demônio dos vícios e da ignorância (ROCHA; GONDRA; 2002, p. 497).

As preocupações com o modelo higiênico e a forma da educação escolar partiram de discursos médicos, notadamente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esses discursos tinham como objetivo descrever lugares adequados à vida moral, intelectual e física dos alunos, porquanto “abrigar os educandos em colégios onde a influência geográfica e climática era tida como perniciosa era desaconselhável às organizações que iriam cuidar dos frutos e do futuro da nação” (GONDRA, 2004, p. 165-166). O discurso médico-higienista define uma localização para a escola na cidade; propõe modos de organização do espaço escolar e, ao mesmo tempo, define uma dimensão educativa para esse espaço (ROCHA; GONDRA; pp. 501-502). Longe dos ruídos e das exalações do mundo do trabalho, da doença e da morte, a escola vai sendo pensada enquanto lugar de silêncio, atenção e, sobretudo, enquanto lugar de saúde (ROCHA; GONDRA; 2002, p. 502).

Nestes espaços escolares vigorava uma série de normas a serem seguidas pelos estudantes; qualquer transgressão ou quebra das regras acarretava severas punições. O poder disciplinar era, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tinha

a função maior de “adestrar” (FOUCAULT, 2009, p. 164). De acordo com este pensador, a disciplina “fabrica” indivíduos. O sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 2000, p. 302). Portanto, para Foucault, esse poder se incumbia tanto do corpo quanto da vida e se incumbiu, também, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população. O regulamento de muitas instituições educacionais, por isso, tinha como objetivo disciplinar o comportamento dos educandos, de modo a ajustá-los à sociedade e às necessidades da província (CASTRO, 2007, p. 231).

A manutenção da escola no interior do discurso médico pode ser explicada menos como uma decorrência mecânica das transformações ocorridas em outras esferas da vida social e mais como um zelo estratégico e calculado desse campo disciplinar que vê aí um modo de manter e expandir sua legitimidade para cuidar dos indivíduos e da sociedade (ROCHA; GONDRA; 2002, p. 510).

É muito clara a aplicação dessa política disciplinar nas informações de César Augusto Castro, em seu livro sobre a ‘Casa dos Educandos Artífices do Maranhão’. Segundo o autor (2007), dependendo da gravidade da contravenção, os meninos podiam sofrer exposição diante dos demais, servir às mesas dos alunos como se serviçais fossem, poderia ter cortada uma das refeições e, em casos de certa gravidade, receber prisão por dez dias no xadrez da casa (CASTRO, 2007, p. 47). Esta última punição, a prisão, era um instrumento para garantir a ordem e a moralidade dos educandos, servindo para intimidá-los. Esta é uma atitude muito utilizada nas organizações militares para o disciplinamento dos seus contraventores. No entanto, apesar das severas regras de disciplinamento, eram frequentes as infrações da ordem cometidas pelos alunos. Por isso, como lembra Foucault, quando se procura corrigir um transgressor, procura-se corrigi-lo em função dos riscos de reincidência que ele apresenta e em função de sua ameaça. Nos casos mais graves, ocorria a expulsão ou o envio do contraventor para arsenais da Marinha e de Guerra. Ainda conforme César Castro, com o aval da diretoria, os mestres e professores

podiam aplicar outras penalidades, como o uso da palmatória, repetir exercícios inúmeras vezes e outras formas que julgassem convenientes ao processo de aprendizagem.

3 A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a formação do Liceu de Artes e Ofícios

Apesar de a Constituição de 1824 extinguir as corporações de ofício, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Conforme bem relata Itacir Marques da Luz, em “Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)”, valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices de pele escura criou uma associação que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros mútuos. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava ao reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso modernizador, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação em um importante agente político e pedagógico. Tentava-se, também, controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife e garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente. Esta associação de artífices teve grande impulso principalmente depois que o governo do Barão da Boa Vista tomou duas decisões pontuais :

a primeira delas foi arregimentar uma Companhia de Operários na Europa. Ela desembarcou no porto do Recife em 1839, contando com 195 alemães. Entre eles, encontramos Mestres, Contramestres e Oficiais de diversas artes mecânicas. Além de labutarem nos “melhoramentos materiais” da cidade, eles deveriam treinar e “moralizar” a mão-de-obra local. A outra decisão do Presidente da Província, tomada em 1840, foi contratar o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para conduzir as obras (MAC CORD, 2009, p. 19-20).

Pode-se notar que essas medidas do presidente da província agregaram um teor muito grande de preconceito, pois, como a maioria dos operários locais eram pessoas de cor e alguns ex-escravos, decidiu o barão contratar estrangeiros para os serviços de melhoramento da cidade. Com efeito, essa mão-de-obra estrangeira veio para

o Recife não apenas com a intenção de melhorar a estrutura física, mas também de moralizar a mão-de-obra local. Em virtude deste fato, é possível afirmar que a decisão de um grupo de artífices de criar, em 1841, uma instituição que lhes pudesse dar suporte profissional possuía um objetivo bastante definido: competir com os operários estrangeiros. Surge, então, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais,⁴ com a finalidade de prestar assistência aos associados quando doentes, presos e em situação de indigência; ao mesmo tempo, proporcionava o ensino de primeiras letras. Segundo Itacir Marques da Luz (2008), os trabalhadores locais:

havam perdido espaço significativo nos postos de trabalho para os estrangeiros, principalmente depois que o Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rêgo Barros, e seu projeto de modernização e adequação da capital pernambucana à nova ordem de um país independente, resolveu que os trabalhadores locais não eram suficientes - para não dizer, qualificados (LUZ, 2008, p. 136).

Por isso, a união dos operários locais em uma sociedade serviu para que eles se fortalecessem profissionalmente diante das propostas modernizadoras do Barão da Boa Vista, visto que, neste projeto de “modernização e adequação da capital à nova ordem”, a classe operária local não se enquadrava. Para crescer no aspecto técnico e social, tais trabalhadores decidiram investir na sua instrução. Essa foi a grande missão da Sociedade dos Artistas (prestar assistência aos associados e proporcionar o ensino das primeiras letras), antes de gerenciar o Liceu de Artes e Ofícios na década de 1880.

Entretanto, a comunicação da criação da Sociedade dos Artistas ao grande público, como relata o Diário de Pernambuco, só aconteceria dois anos mais tarde, em 1843. O anúncio mostra que:

⁴ Inicialmente, segundo Pereira da Costa, a entidade tinha o título de Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco. Somente depois de sua instalação, em 1843, foi que passou a se chamar de Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos (1834-1850)*. Arquivo Público Estadual, Recife-PE, 1966. v. 10. p. 249. Outra observação importante é que, de acordo com Luiz Duarte, a ideia de criar a Sociedade dos Artistas Mecânicos vem desde 1836, quando as escolas da província de Pernambuco não excediam a 63. Daí, um grupo de dez operários, todos carpinteiros, decidiram organizar uma sociedade de instrução e auxílio mútuo no Recife. Entretanto, não se sabe ao certo por que a Sociedade só teve a sua criação oficial em 1841 (DUARTE, Luiz. *Educação em Pernambuco: pesquisa histórica*. Recife, ed. do Autor, 1986)

a Sociedade das artes mecanicas desta cidade tem a honra de participar ao respeitável público, que tem de breve abrir o curso de geometria e mecanica aplicada as artes, no consistório de S. Jose, aquelle que pretender seguir ao dito curso haja quanto antes de comparecer a mesma sociedade para ser contemplado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 9 jun. 1843).

A demora de dois anos para informar o público sobre os cursos pode ser atribuída ao fato de a sociedade das artes mecânicas não possuir ainda um local propício para a realização de suas funções (LUZ, 2008, p. 124). Esse espaço só teria surgido a partir da concessão de um dos consistórios da Irmandade São José de Ribamar. Sediada no Recife, a irmandade era uma importante confraria que reunia profissionais das artes mecânicas. Para MAC Cord (2009, p.24) além dos representantes da carpintaria, a confraria recifense foi um espaço devocional, que também congregou marceneiros, tanoeiros e pedreiros. Um ponto importante ressaltado pelo autor foi que somente homens e mulheres livres poderiam fazer parte da Irmandade de São José do Ribamar. Ao eliminar o cativo de sua vida social, a instituição deu um contundente recado aos recifenses, atestando à sociedade pernambucana que seus irmãos constituíam uma mão-de-obra qualificada, ordeira, apta e livre.

Tentava-se, a qualquer custo, livrar-se de um estigma que “manchava” a honra dos homens livres, pois qualquer semelhança com um ofício realizado por escravos era tudo que os livres não queriam, mesmo sendo pobres, tamanha era a discriminação, nesta sociedade escravocrata, que impunha ao trabalho regular de caráter físico uma condição depreciativa que relegava sua prática a um patamar de indignidade e de desvalorização (SILVA FILHO, 2007, p. 48). Assim, comprometido o desempenho das ocupações manuais, muitos indivíduos livres buscavam fugir do peso que tais ofícios causavam e se esforçavam, inclusive, em deixar evidente que o emprego de esforço físico em atividades tidas como vis não fazia parte de suas rotinas (SILVA FILHO, 2007, p. 48). Não ter ligação com o “ofício de escravos” era importante mesmo na hora da morte. Foi o que relatou um testamento:

datado de 1841, no qual um certo morador de Recife, de nome Antonio Justiniano de Ramos, confessou em suas derradeiras vontades, conforme registradas pelo tabelião público, que tivera uma vida plácida de homem honesto, respeitador da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora, sendo fiel à Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana – credenciais de

bom e devotado cristão – e, além dos já citados autoelogios, vangloriava-se do fato de que em sua não muito longa vida (o testador estava moribundo já aos 34 anos de idade) não havia sido jamais maculado pela vergonha do exercício de algum “ofício manual indigno a esta minha pessoa” (SILVA FILHO, 2007, p. 48).

Segundo consta, a Sociedade de Artistas Mecânicos teve certa facilidade para obter a concessão da Irmandade São José, pelo fato de alguns de seus integrantes pertencerem a tal agremiação (LUZ, 2008, p. 126). Contava a sociedade com apenas dois anos de existência e já gozava de tanto prestígio que a Câmara municipal do Recife – no relatório apresentado ao presidente da província em 1843 – faz honrosa menção de sua existência e dos seus serviços que lhes concede uma verba anual de 500\$000 anuais (COSTA, 1966, p. 250). Com os anos, sua missão civilizadora, segundo Pereira da Costa, tinha ultrapassado os limites dos seus tempos originários e não mais atendia apenas a seus associados, mas a todos quantos quisessem (COSTA, 1966, p. 250). É bem verdade que essa “missão civilizadora” era um tanto exagerada, pois, se pensarmos que por anos não teve sede própria e passou por vários problemas políticos e financeiros, entenderemos que o progresso relatado por Pereira da Costa é bem ufanista.

Fato memorável para sua história aconteceu em 29 de novembro de 1859, quando o imperador D. Pedro II visitou a instituição. Aproveitando de toda essa “popularidade” inicial, a sociedade apostava em criar uma imagem que, embora se caracterizasse como uma entidade de ensino de ofícios e, portanto, manual, tentava agregar à instituição a ideia de progresso pelo qual passava o Recife. Para isso, contou com nomes importantes da política pernambucana.

A Sociedade encontrou alguns aliados de peso para tentar reverter esta pretensa sujeição ao “devir histórico”. Em 1857, o Diretor Geral da Instrução Pública procurou motivar uma mudança de rumo no projeto provincial de ensino das artes e ofícios. Em relatório ao Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella comunicou sua inquietação com o papel que estava sendo atribuído à Sociedade. Se as nações mais “modernas” do mundo têm “procurado desenvolver e enobrecer a indústria artística”, por que a Província não vinha se esforçando convenientemente “por fazer aperfeiçoar as artes mecânicas favorecendo e animando a Associação dos Artistas?”. Criticando a pequena verba que os associados recebiam anualmente do governo pernambucano, o

Diretor Geral da Instrução Pública dizia ser “preciso não deixar esmorecer, e talvez morrer, essa associação” (MAC CORD, 2009, p. 85-86).

Entretanto, ao longo dos anos, sem o devido apoio de parte de alguns setores da província, a sociedade foi encontrando diversas dificuldades para se manter atuante. Já não era aquela instituição que outrora tivera em seus quadros em torno de 155 sócios (LUZ, 2008, p. 131). Nos fins dos anos de 1870, eram apenas 36. Para piorar a situação, relata Pereira da Costa, em 1866, em virtude de sérios desentendimentos com a irmandade de São José de Ribamar, viu-se a sociedade obrigada a deixar as dependências que por tantos anos ocupara na sua igreja. Transferiu-se, provisoriamente, para um prédio na Rua Direita, até que, em 1871 se mudou para a Rua da Imperatriz:

Neste mesmo ano [1871], o conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, presidente da província, na sua fala de abertura da Assembleia Provincial, aventa e enaltece a generosa ideia da instituição de um estabelecimento especialmente consagrado à instrução artístico-operária entre nós, vindo daí a fundação do Liceu de Artes e Ofícios, por ele próprio, em ato solene, celebrado no dia 23 de abril (COSTA, 1966, p. 251).

A sociedade vivia a sua maior crise, principalmente num período em que as elites letradas e proprietárias discutiam novas estratégias de fomento à “instrução popular” (MAC CORD, 2009, p. 268). Em sua fala aos deputados provinciais, o presidente da província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, afirma que a propagação dos conhecimentos úteis entre os artistas e operários no duplo interesse de sua elevação moral e adiantamento profissional tem merecido os cuidados dos que amam o progresso (APEJE, 1º mar. 1871, p. 18). O presidente da província pernambucana compreende ainda, que não somente para o artista e o operário, mas também para o comerciante e o agricultor é de máxima vantagem tirá-lo do hábito inveterado dos processos coimbrãos, a inspirar-lhes o gosto pelo estudo do que concerne ao aperfeiçoamento da sua arte, ou profissão, e a atraí-los ao progresso econômico, que é o progresso social. Segundo o presidente, além do Arsenal de Marinha, do Arsenal de Guerra e do Colégio de Órfãos, era digna de elogios a “Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais” em grande desalento [e] à míngua de proteção” (APEJE, 1º mar. 1871, p. 18). Talvez por isso Diogo Velho,

confiando no civismo da “Associação Commercial Beneficente”, lhe tenha solicitado uma cooperação em favor da sociedade. Informa que com os 2:000\$000 da subvenção que a sociedade recebe do erário público, consegue manter escolas noturnas de primeiras letras, gramática nacional, língua francesa, geometria, arquitetura e desenho (APEJE, 1º mar. 1871, p. 18).

Mas, como as dificuldades vinham se acumulando e a Sociedade estava à míngua de proteção, segundo informou Diogo Velho, algumas disciplinas vinham sendo fechadas por falta de professor ou mesmo por não atingir o número necessário de alunos. Foi o caso da aula de desenho que, no ano de 1871, não foi ministrada por falta de lentes (APEJE, 1º mar. 1872, p. 29). No quadro 1, abaixo, já se percebe a ausência da disciplina de desenho no ano de 1871. O quadro também fornece uma noção geral da distribuição dos alunos por disciplinas, além de permitir observar que, juntas, as de primeiras letras e gramática nacional são freqüentadas por cerca de 70% dos alunos. Esse enfoque na difusão do ensino primário se deve ao fato de que este, na época, era bastante restrito. No que diz respeito à disciplina de desenho, a sua supressão foi um retrocesso considerável, visto que a sociedade tinha na seção de artes⁵ um dos pontos principais da instituição, levando inclusive no nome o termo ‘artistas’.

Quadro 1: Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em 1871

Disciplinas	Quantidade de alunos	%
Primeiras Letras	32	41,02%
Gramática nacional	23	29,48%
Francês	6	7,69%
Geometria	11	14,10%
Arquitetura	6	7,69%
Total	78	100%

Fonte: Apeje (1872).

⁵ Segundo Luiz Antônio Cunha, as ‘artes’ envolviam: desenho da figura humana, desenho geométrico, desenho ornamental, desenho de máquinas, desenho de arquitetura civil e regras de construção, desenho de arquitetura naval e regras de construção, escultura de ornatos e arte cerâmica, estatuária, gravura, talho-doce, água-forte, xilogravura e pintura. In: CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000. p. 124-125.

Cabe, entretanto, uma pergunta neste momento: por que uma instituição de ensino profissional como a Sociedade dos Artistas investia mais no ensino primário do que no ensino técnico? Para responder, algumas análises são imprescindíveis: acreditamos, em primeiro lugar, que a instituição tentava, nesta investida no ensino primário, suprir a defasagem educacional por que passava a província pernambucana. É preciso, porém, destacar que essa defasagem se dava mais por falta de vontade política dos dirigentes do que por falta de recursos financeiros⁶. Em segundo lugar, a pesquisa nos levou a entender que era menos oneroso para a Sociedade dos Artistas custear com as verbas públicas o ensino de primeiras letras do que manter cursos técnicos que demandariam um gasto maior com equipamentos, salas de aulas adequadas e professores. O trecho do documento abaixo nos deixa perceber que esse pequeno investimento levava a sociedade por vezes a se utilizar de equipamentos de outros estabelecimentos de ensino para poder criar seus cursos técnicos.

Esta Sociedade, pretendendo estabelecer a cadeira de física e química industrial e como lhe faltam alguns aparelhos indispensáveis a referida cadeira, vem respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que lhe conceda a faculdade de servir-se dos aparelhos do Ginásio Pernambucano [...] (APEJE, D – II, 28 jan. 1903, p. 202).

Por isso, tanto nos cursos mantidos pela Sociedade dos Artistas (antes da criação do Liceu de Artes e Ofícios) como nos cursos do liceu, observa-se um maior destaque no ensino de primeiras letras em relação aos cursos técnicos. Essa “artimanha” poderia ser uma estratégia para que sobrassem mais verbas e, com isso, se pudesse manter o seu compromisso com os associados e pensionistas, visto ser impossível só com as mensalidades dos sócios. Sabe-se que esta provável medida era ilegal, pois as verbas recebidas destinavam-se a manter cursos voltados principalmente ao ensino dos ofícios.

⁶ A verba votada em 1872 foi de 408:861\$200, quando, há três anos, era de 250:216\$665. Ou seja, houve um aumento financeiro na área educacional na província, sem, no entanto, existir uma melhoria no ensino. Com base nisto, afirmamos que faltavam mais vontade e empenho político do que meramente mais dinheiro. In: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), *Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 24.

Todavia, os artistas se utilizavam deste “recurso” para poder custear suas responsabilidades administrativas. Tal atitude levou a sociedade a sofrer fortes críticas por parte do fiscal do Liceu Pereira da Costa.

Quadro 2: Número de alunos que frequentaram as aulas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais em 1872

Disciplinas	Quantidade de alunos	%
Primeiras Letras	74	42,04%
Gramática Portuguesa	39	22,15%
Francês	16	9,09
Geometria	19	10,79%
Desenho	10	5,68%
Taquigrafia	18	10,22%
Total	176	100%

Fonte: Apeje (1872).

No quadro 2, nota-se um aumento considerável no número total de alunos, que passou de 78 para 176 em apenas um ano. Esta oscilação se deve, muito provavelmente, não só a problemas financeiros, mas também à falta de uma sede própria. Observa-se ainda, no mesmo quadro, um aumento em todas as disciplinas, além da inclusão de desenho (que havia ficado de fora em 1871) e de taquigrafia. O ponto negativo ficou com a saída de arquitetura, devido à falta de alunos (APEJE, 25 nov. 1872, p. 9).

Abaixo, no quadro 3, verifica-se uma noção geral da instrução secundária em Pernambuco.

Quadro 3: Instrução secundária para a província de Pernambuco

	1870	1871
Ginásio	96	86
Aulas avulsas de latim	3	16
Escola Normal	57	52
Estabelecimentos particulares:		
Sexo masculino	792	627
Sexo feminino	110	85
Arsenal de Marinha	3	8
Arsenal de Guerra	12	22
Associação dos Artistas Mecânicos	5	46
Colégio das Artes	273	241
Faculdade de Direito	434	348
Seminário de Olinda		61
Total	1.785	1.592

Fonte: Apeje (1872).

O quadro 3 revela que a instrução secundária na província apresenta uma situação bem diferente, porquanto, no âmbito geral, o número de alunos era bem menor, se comparado ao da instrução primária⁷. No entanto, isto se deve a alguns fatores, entre eles, à proposta do governo de incentivar o ensino secundário para as elites, porque esse era um caminho natural para o ensino superior. Isto explica por que neste quadro não são oferecidas aulas noturnas para o referido ensino. É claro que nenhuma autoridade iria

⁷ Os dados para o ano de 1871 mostram um número total de 13.677 alunos para o ensino primário na província, em comparação aos 1.592 alunos para o ensino secundário. In: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje). *Falla com que o exm. presidente da provincia, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872. p. 30.

querer que os ‘futuros da nação’ passassem por situações “desagradáveis”, como ser assaltado ou mesmo andar sozinho à noite.

A historiadora Alessandra Frota Martinez afirma que a temática da instrução popular foi intensamente discutida a partir dessa época (MARTINEZ, 1997, p. 8-11; 50-53). Para a autora, além das questões relativas ao ensino dos rudimentos da escrita e da matemática para os que estavam na base da pirâmide social, as elites letradas e proprietárias queriam fortalecer a “moralidade” deste público por meio da sistemática aprendizagem de ofícios artesanais e agrícolas. Desde a segunda metade de 1860, uma profunda preocupação com a ordem pública passou a existir: os debates sobre a emancipação dos cativos haviam deixado a esfera legislativa para ganhar os principais jornais (MAC CORD, 2009, p. 267). O crescimento da população livre e pobre exigia que fossem estimulados novos projetos para melhorar o controle social (CUNHA, 2005, p. 138-142).

O novo projeto das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que pretendia acelerar e generalizar a “instrução popular” com a abertura de um Liceu de Artes e Ofícios, seduziu diversos cidadãos e entidades provinciais (MAC CORD, 2009, p. 275). Uma escola de ensino técnico como um liceu de artes e ofícios poderia auxiliar as elites cultas e proprietárias a internalizar mais os processos de normas e práticas dos costumes dos recifenses mais pobres, porquanto sabiam que representavam o futuro da nação brasileira em decorrência do seu potencial enquanto força de trabalho. Mas, para que isso acontecesse, um esforço precisava ser feito pela elite política. Assim, quando terminou a Guerra do Paraguai, o imperador D. Pedro II manifestou o desejo de que os esforços dos cidadãos⁸, em vez de se destinar à edificação de uma estátua em sua homenagem, fossem destinados à construção de edifícios apropriados ao ensino de escolas primárias (APEJE, 27 out. 1871, p. 12).

Tomando por base essa aspiração do imperador, os primeiros resultados, em Pernambuco, vieram com a Associação Comercial Beneficente que, dominada pelo desejo

⁸ O documento não descreve quem seriam esses ‘cidadãos’, mas entendemos que seriam homens de prestígio na sociedade (políticos, barões, empresários, etc.) e que poderiam fazer boas doações em dinheiro.

de prosperidade da província, declarou ter resolvido a edificação de uma casa apropriada para nela estabelecer as escolas de instrução de adultos das classes operárias (APEJE, 27 out. 1871, p. 12). A presidência, então, acolhendo a ideia da associação beneficente, manifestou o anseio de estender as escolas a todos os que dela precisassem, pertencessem ou não às classes operárias (APEJE, 27 out. 1871, p. 12). Dessa forma, contando com a importância de 10:090\$, promovida pela associação e com a doação de 14:535\$¹⁵⁷ feita pelo Barão do Livramento⁹ em benefício do ensino profissional das classes operárias, a presidência resolveu aplicar a verba na construção de um palacete para o Liceu de Artes e Ofícios (APEJE, 27 out. 1871, p. 12).

O resultado foi que, por ata no dia 15 de abril 1871, foram estabelecidas as cláusulas em que se contratou para a administração do Liceu a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, lavrando-se na tesouraria provincial o acordo para a aquisição do terreno na Rua de Santa Isabel, e sendo no dia 21 do mesmo mês assentada com aplausos a primeira pedra do edifício (APEJE, 27 out. 1871, p. 12). Por diversos fatores políticos e dificuldades de meios, a construção se prolongou por nove longos anos, até que, superadas as dificuldades, no dia 21 de novembro de 1880, quando a Sociedade dos Artistas festejou o aniversário da sua instalação, se celebrou também a festa solene da inauguração do edifício do liceu. Esse ato – descreveu Pereira da Costa – foi uma das mais belas manifestações públicas que se tenham visto na capital recifense. Na mesma época, o ensino do mencionado liceu compreendia não só uma parte teórica, mas também uma parte prática de preparação profissional e artística. Esta parte prática estava dividida em dois grupos: seção de ciências aplicadas e seção de artes. Segundo Luiz Antônio Cunha (2000), as ciências aplicadas envolviam as seguintes matérias: aritmética, álgebra, geometria plana e no espaço, física, química e mecânica aplicadas (CUNHA, 2000, p. 124-125). Começando as atividades escolares em 1881, foi bastante animadora a matrícula de

⁹ José Antônio de Araújo, primeiro e único barão e visconde de Livramento (1824-1884), foi um diplomata brasileiro, casado com Maria Ursulina Moreira. Filantropo, auxiliou a população do Recife durante crises, oferecendo casa, dinheiro e remédios. Este tipo de comportamento chegou ao conhecimento de D. Pedro II, que imediatamente o agraciou com o título de barão. Alguns anos depois, quando D. Pedro II e a imperatriz visitaram o Recife, hospedaram-se em sua casa do barão. Ao regressar à corte, o imperador o elevou a visconde.

alunos para as suas diversas aulas, uma vez que atingiu o número de 871 inscritos (COSTA, 1966, p. 251).

Para que se mantivesse a estrutura de uma boa instituição de ensino, fez-se imprescindível, porém, preparar um documento para a administração pedagógica do liceu: o *Regulamento do Liceu de Artes e Ofícios*. Este documento foi importante, pois serviu de orientação para a condução e fiscalização do corpo diretivo (da sociedade e do liceu) e do seu corpo docente e discente.

Esse primeiro regulamento teve uma importância bastante significativa, já que constitui o documento-modelo que pôde trazer para o liceu o conjunto de regras que o ajudaria em seu funcionamento e garantiria a participação de todos os elementos da comunidade escolar. Destinado à administração pedagógica do Liceu de Artes e Ofícios, foi aprovado pela Sociedade dos Artistas, no dia 31 janeiro de 1881, por uma comissão especial de professores¹⁰. O programa de ensino nele consignado constava de um curso preparatório de três anos, de um curso geral de dois anos e de três cursos especiais divididos da seguinte forma (APEJE, 1985, Cx 30, p. 29-30): de construtor civil ou mestre de obras, em dois anos; de mecânico ou mestre de fundição, oficina de ferreiro, serralheiro, caldeireiro, etc., em dois anos; e de industrial ou mestre de fábrica de produtos cerâmicos, tinturarias, etc., em dois anos (APEJE, 1985, Cx 30, p. 29-30). Contudo, não podendo pôr em prática este programa, instalou-se apenas o curso preparatório, que se manteve no seu início com muita frequência e regularidade, assim como as aulas de desenho e música.

Começava a funcionar, assim, o Liceu de Artes e Ofícios, já inserido na proposta de um Brasil que principiava a realizar sua transição para o trabalho livre e para a industrialização, marca das nações modernas. Ressalte-se, entretanto, que o início da industrialização no Brasil se caracterizou pela ausência de um modelo econômico definido: o capitalismo industrial aqui implantado teve mais a forma de políticas pontuais de intervenção na economia do que propriamente um projeto econômico definido

¹⁰ Os professores responsáveis pela organização deste primeiro regulamento foram: monsenhor Joaquim Arco-Verde de Albuquerque Cavalcanti, dr. Antonio Pereira Simões, José Pereira da Cruz Vieira e João dos Santos Ferreira Barros.

(TOZONI-REIS, 2002, p. 34). Porém, como visto, desde o início do século XX a indústria brasileira foi se tornando um importante setor na economia e os operários que nela trabalhavam, direta ou indiretamente, formaram uma nova classe numa nova perspectiva social (TOZONI-REIS, 2002, p. 34). Desse modo, o que a Sociedade dos Artistas, através do Liceu de Artes e Ofícios, pôde legar ao Brasil da Primeira República foi um estabelecimento educacional que, repousando na pedagogia do trabalho, produziu uma mão-de-obra para atender aos setores da indústria e do comércio.

Referências

APEJE. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife.

ANJOS, João Alfredo dos. *A roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura; Departamento de Cultura, 1978.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854. *Coleção de leis do Brasil*. Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1854.

BRASIL, Coleção de Leis do Império, 1830-1831, v. III, 1830.

CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EDFUNC, 2007.

CATÁLOGO de folhetos raros III (400/900). Recife: 1985. Cx 30. Acervo: Apeje.

CAVALCANTI, Bartolomeu. Colégio dos órfãos. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 12, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/FLACSO, 2005.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1843. Acervo: Apeje.

DIVERSOS II-54. (1901-1903). *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais*. 28 de janeiro de 1903. Acervo: Apeje.

DUARTE, Luiz Vital. *A educação em Pernambuco: pesquisa histórica*. Recife: Ed. Do Autor, 1986.

DORNELAS, Bruno. Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília. *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

FARIAS, Rosilene Gomes. *O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife,

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo; Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção das leis do império do Brasil: desde a Independência 1830 e 1831*. v. III. Ouro Preto: Tipografia Silva. 1830.

LUZ, Itacir Marques da. *Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880 / Marcelo Mac Cord*. - Campinas, SP: [s. n.], 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói.

COSTA. Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos (1834-1850)*. Arquivo Público Estadual, Recife-PE: 1966. v. 10.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 20, n. 2. p. 497. 2002.

SANTOS, Manuela Arruda dos. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura (1831-1845)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. DLCH. História - Recife.

SANTOS, Manuela Arruda dos. A cidade em desordem: O cotidiano insalubre no Recife Oitocentista (1831-1845). In: SILVA, Giselda Brito; SCHURSTER, Karl. *Histórias do Recife: entre narrativas do passado e interpretações do presente*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. In: Scielo - Scientific Electronic Library Online. Acesso em: 13 abr. 2011.

SILVA FILHO. Paulo Alexandre da. *Desvalorização do trabalho e consumo honorífico em Recife (1837-1844)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco - Recife.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de campos. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Recebido em: 08/11/2012
Aprovado em: 05/03/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Revista Linhas
Volume 14 - Número 27 - Ano 2013
revistalinhas@gmail.com